
Análise do orçamento público diretamente destinado a alguns setores da economia informal no Brasil: o caso de Belo Horizonte

Debbie Budlender

De acordo com a pesquisa de Ana Paula Salej

Autoria:

Mulheres no Trabalho Informal:
Globalizando e Organizando - WIEGO
(Women in Informal Employment:
Globalizing and Organizing)
Projeto Cidades Inclusivas

Outubro de 2009



Perspectiva Orçamentária

A análise orçamentária é muito usada para que se entenda como os orçamentos do governo atendem aos diversos interesses e necessidades de mulheres e homens, meninas e meninos. A rede global de investigação e políticas Mulheres no Trabalho Informal: Globalizando e Organizando – WIEGO/ Projeto Cidades Inclusivas - iniciou uma série de análises de orçamentos públicos para os setores da economia informal (IEBAs – Informal Economy Budget Analyses), visando entender de que maneira os orçamentos governamentais atendem às necessidades e interesses dos trabalhadores informais e também investigar quais oportunidades são oferecidas a esses trabalhadores informais ou aos seus representantes, para que participem nas diversas etapas do processo orçamentário. Esta série Perspectiva Orçamentária oferece versões populares de relatórios oficiais mais extensos e objetiva uma divulgação mais ampla dos resultados da pesquisa. Tais relatórios poderão ser encontrados na série Relatórios de Pesquisa do Projeto Cidades Inclusivas.

Esta apostila é, portanto, apenas um resumo do relatório feito por Ana Paula Salej. A versão completa deste está disponível na série Relatórios de Pesquisa do Projeto Cidades Inclusivas. Os relatórios da pesquisa podem ser baixados através dos sites: www.ciudadesinclusivas.org ou www.wiego.org.

Debbie Budlender pertence à Agência Comunitária para Questões Sociais, uma organização não governamental sul africana especializada em pesquisas sobre políticas sociais.

Fotografia da Capa: Sonia Dias.

Introdução: Descrevendo o Brasil e Belo Horizonte

Esta apostila exhibe como os orçamentos públicos, sejam eles no âmbito federal, estadual ou municipal afetam os trabalhadores informais no Brasil, pormenorizando especialmente o efeito sobre os catadores de recicláveis e vendedores de rua de Belo Horizonte.

O Brasil é o quinto maior país do mundo em termos de área geográfica, tendo a quinta maior população mundial. Em 2007, sua população era de 184 milhões de habitantes, sendo 51,2% desta, de mulheres. O país possui vários grupos étnicos e raciais diferentes.

O Brasil possui a décima maior economia do mundo, mas possui também altos índices de pobreza e um dos maiores índices de desigualdade do mundo. A desigualdade caiu um pouco desde a implementação do Plano Real em sua economia, em 1994. Em 2007 o coeficiente Gini, que mede a desigualdade, era 0,53.

Em 2005, cerca de 4,2% da população vivia em extrema pobreza e 7,5 milhões de pessoas tinham que sustentar suas casas com ganhos inferiores a um dólar americano por dia. Em 2007, a taxa de desemprego geral era 8,4%, mas a taxa de desemprego entre a população pobre era 19,7%. Em 2008, em média, as mulheres ganhavam cerca de 71% do valor percebido pelos homens.

O Brasil é uma república federativa. Possui 26 estados e 5.564 municípios. Minas Gerais é um desses 26 estados e está localizado na rica região sudeste do país. Em 2007 Minas Gerais tinha aproximadamente 20 milhões de habitantes, dos quais 50,9 % eram mulheres. Em 2007, a taxa de desemprego era 7,4%. Em Minas Gerais 36% dos empregados são mulheres e 75% das mulheres empregadas estão no setor formal, são funcionárias públicas ou militares.

A capital de Minas Gerais é Belo Horizonte (BH). A população de Belo Horizonte totaliza 2,4 milhões de habitantes. A cidade é responsável por 1,4% da riqueza do país e 15,2 % da riqueza de Minas Gerais. BH é um centro de processamento e de distribuição de uma região rica em agricultura e mineração e em expansão industrial, incluindo muitas empresas multinacionais.

A Região Metropolitana da Grande Belo Horizonte (RMBH) é formada por 34 municípios. Sua população é de, aproximadamente, 5 milhões de habitantes, dos quais 51,8% são mulheres.

Em 2008, perto da metade (46%) das pessoas empregadas eram mulheres. O trabalho feminino cresceu mais rapidamente em Belo Horizonte do que no resto do país entre 2003 e 2008. Entretanto, em 2008, quando a taxa global de desemprego era 6,5%, a maior parte dos desempregados (58,1%) eram mulheres. Cerca da metade dos desempregados tinham idade entre 25-49 anos e mais da metade frequentaram a escola por mais de 11 anos.

Em 2008, mais da metade (59,2%) das pessoas empregadas trabalhavam em empresas com 11 ou mais trabalhadores; 35,3% estavam em empresas com 5 trabalhadores ou menos e 5,9% em empresas entre 6-10 trabalhadores. Mais de dois terços (68,2%) das pessoas empregadas faziam contribuições sociais.

O setor informal no Brasil e em Belo Horizonte

Entre 1930 a 1940 o governo do Brasil elaborou diversas leis trabalhistas. Em 1943 o Presidente aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a qual reuniu muitas leis em uma só lei. A CLT é um conjunto de leis que regem as relações de trabalho, incluindo a instituição do salário mínimo, a determinação de horas de trabalho, licenças e outros direitos. A lei também define a diferença entre trabalho formal e informal. Trabalhadores formais possuem Carteira de Trabalho e isso certifica que possuem um contrato de trabalho registrado, o que lhes confere acesso aos benefícios sociais relacionados ao trabalho. Sendo assim, no Brasil, podemos definir trabalho informal como aquele desempenhado pelos trabalhadores que não possuem contrato registrado, além do exercido por conta própria e do trabalho feito pelos que não recebem honorários, em negócios familiares.

O quadro abaixo mostra que, em 2008, 28,9% dos trabalhadores na RMBH trabalhavam sem carteira e que, 16,7% em negócios por conta própria. O quadro não inclui os que não recebem por trabalharem em negócios da família.

Distribuição Percentual dos trabalhadores pagos em RMBH, 2008

Formal	62.1%
– Setor Privado com carteira assinada.	44.9%
– Setor Público e Militar	12.1%
– Empregadores	5.0%
Trabalho Doméstico	8.6%
Informal	28.9%
– Setor Privado sem carteira assinada	12.2%
– Por Conta-própria	16.7%
Total	100.0%

Na RMBH, nesse mesmo ano, 23% dos trabalhadores sem carteira trabalham no comércio e 32% na prestação de serviços. Mais que um quarto desses serviços é em áreas relacionadas à educação, saúde e serviços sociais que são parcialmente oferecidos pelo governo. Dos trabalhadores por conta própria, 25% estão no comércio e 30% na prestação de serviços.

Todos os trabalhadores com carteira têm que fazer contribuições sociais. Essas contribuições dão acesso a benefícios sociais. Trabalhadores autônomos também podem fazer tais contribuições, mas somente um quinto deles o faz. Em 2008, 68,2% dos trabalhadores da RMBH fizeram contribuições sociais.

Em 2008, a média de rendimento mensal dos trabalhadores por conta própria foi de R\$ 1.014,00. O rendimento médio das mulheres que trabalhavam por conta própria equivalia a dois terços da média dos homens.

O rendimento dos trabalhadores autônomos que contribuíram com o bem-estar social foi de R\$1.921,00, comparados aos R\$776,00 daqueles que não contribuíram com o bem-estar social. Em 2006, os trabalhadores com carteira assinada percebiam 10% a menos do que aqueles com carteira, e os por conta própria, ganhavam cerca de 35% a menos que os trabalhadores formais.

Principais problemas enfrentados pelos trabalhadores informais

A Constituição da República de 1988 diz que o trabalho é um direito do cidadão. Ao executar trabalho pago, os trabalhadores recebem salários, tem acesso aos benefícios relativos ao trabalho e fazem parte da sociedade.

Os trabalhadores informais ganham menos que os formais e, por isso, não gozam desse direito na sua totalidade. Entre as razões para esses ganhos menores estão a falta de clientes e a falta de acesso ao crédito. Trabalhadores sem carteira não gozam de benefícios como licença remunerada, décimo terceiro salário, salário família, vale transporte, licença médica e seguro desemprego, caso parem de trabalhar por motivo de dispensa, ou demissão voluntária.

Ter rendimento baixo significa que os trabalhadores informais têm que lutar por outros direitos. Por exemplo, o Brasil tem um serviço de saúde pública gratuito, mas há muitos problemas com este serviço, incluindo longa espera e atendimento precário. Porém, a maioria dos trabalhadores informais não pode pagar para obter serviços de saúde através de planos particulares. Além disso, os trabalhadores perdem receita quando precisam cuidar da saúde, em contraste com os trabalhadores formais, que recebem enquanto estão doentes.

O trabalho informal pode trazer problemas para a saúde. Longas horas de trabalho em condições insalubres exercem um impacto negativo na saúde física e mental. Trabalhadores informais não recebem nenhum tipo de indenização em caso de acidente ou doença decorrente de trabalho.

Os trabalhadores informais que atuam nas ruas sofrem em função do ambiente de trabalho precário. Muitos também temem a polícia e outras formas de controle público. Alguns tipos de trabalho informal são também considerados ilegais.

Alguns trabalhadores informais executam trabalhos – tais como os domésticos ou de catagem de recicláveis – que são tidos como trabalhos ‘menores’ por outras pessoas. Estes trabalhadores, muitas vezes, se envergonham do que fazem. Eles querem que seus filhos estudem e executem trabalhos que gozem de maior respeito e de melhor remuneração.

Os trabalhadores informais são menos propícios a associarem-se a sindicatos ou outras organizações trabalhistas, como fazem os formais. O baixo nível de organização enfraquece o poder de negociação com os empregadores e com membros do governo, coibindo assim a luta por suas importantes demandas.

Os catadores de Belo Horizonte são mais organizados que a maioria dos outros grupos de trabalhadores informais. Através de suas organizações, suas demandas por uma infra-estrutura melhor foram atendidas. Hoje, há centros de reciclagem, melhores equipamentos e proteção para os mesmos, além de proteção social. A organização também reduziu a competição entre os próprios grupos de catadores.

O governo e os trabalhadores informais

Nesta apostila, consideraremos particularmente, dois grupos de trabalhadores informais. Queremos demonstrar como as políticas governamentais e seus orçamentos os afetam. O primeiro grupo é dos catadores de recicláveis. Para eles, o governo possui políticas específicas, ações direcionadas e orçamento próprio. O segundo grupo é dos vendedores ambulantes. A política urbana afeta este grupo, mas o governo não possui muitos programas ou orçamentos específicos que beneficiem os mesmos.

Catadores

Os catadores colhem o material que pode ser reciclável ou reutilizável, a partir de um lixo misto. Em 2006, pesquisas oficiais patrocinadas pelo Governo, apontaram cerca de 230.000 pessoas desempenhando este tipo de serviço no Brasil. Cerca de um terço dessas pessoas são mulheres e 10% têm menos de 16 anos. Dentre os catadores, aparentemente, os homens frequentam mais as escolas do que as mulheres.

No passado, os catadores de Belo Horizonte usavam carrocinhas manuais, separavam o lixo nas ruas e dormiam próximos ao material que haviam coletado. Não havia local próprio para separação e armazenagem, até que representantes do governo entenderam que isso interferia no trabalho do departamento de saneamento da cidade.

Em 1987, a arquidiocese de Belo Horizonte organizou uma série de reuniões sobre a catagem dos recicláveis com os próprios catadores. Estas atividades deram origem à Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável, ASMARE, em 1990. A ASMARE não é classificada como uma cooperativa, mas funciona como uma.

A princípio, a ASMARE e o município não tinham uma boa relação. Mas em 1993, quando o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições, a administração municipal de Belo Horizonte começou a atender as demandas dos catadores, conferindo-lhes o direito de trabalhar na cidade e espaço onde fazer a separação do lixo. A vigilância sanitária municipal inaugurou um novo sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos, que previa uma função aos catadores. Em 1993, a cidade assinou com a ASMARE um acordo formal de parceria e, anos mais tarde, o município começou a trabalhar e apoiar também outras organizações de catadores. Em 2008, já havia 13 cooperativas de catadores de recicláveis organizadas em Belo Horizonte, com mais de 400 sócios (membros). O ganho mensal variava entre R\$50,00, em uma das cooperativas mais novas e menores, e R\$370,00, na ASMARE.

Vendedores de rua

Vender mercadoria na rua é uma das atividades informais mais comuns no Brasil. Nesta apostila, dividiremos os ambulantes em três categorias – vendedores em shoppings populares, vendedores em feiras, vendedores de alimentos.

Até 2003, aqueles que hoje são vendedores em shoppings trabalhavam na rua, normalmente expondo sua mercadoria em barracas e, para isso, cada um tinha que obter autorização oficial e pagar por ela, para ocupar aquele espaço, pelo período de um ano.

Em 2003, o município criou um novo plano para a área central de Belo Horizonte, o Centro Vivo. Uma parte deste plano era criar centros de compras (shoppings populares) nos quais os ambulantes pudessem trabalhar. Este plano possibilitou que eles permanecessem no centro da cidade onde manteriam contato com vários clientes, além de continuarem visíveis para os mesmos.

A transferência dos ambulantes começou em 2003, mas alguns ambulantes só foram alocados em seus espaços em 2007. Seis centros de compras foram criados gerando espaço para 2500 estandes, com uma média de três trabalhadores por cada estande. Cerca de 30% deles são mulheres.

Em 2005 o município criou um departamento para coordenar os shoppings populares. Eles são controlados por um conselho onde o município está representado. Os outros membros do conselho são empreendedores privados responsáveis pela administração dos shoppings populares e representantes dos vendedores.

Produtos manufaturados, antiguidades, flores e comida pronta são vendidos em feiras organizadas pelo município. Em Belo Horizonte, muitos trabalhadores informais comercializam em tais feiras que acontecem em muitas partes da cidade. A Administração Regional Centro-Sul possui um departamento que organiza cinco feiras a cada semana. Mais de duas mil pessoas exibem nas feiras e mais de três quartos delas são mulheres. Muitos ambulantes vendem mercadorias que são produzidas por suas famílias. Isso significa que o número de trabalhadores produzindo tais mercadorias a serem vendidas é diversas vezes maior que o número de vendedores das mesmas.

Os ambulantes organizaram-se em associações as quais, infelizmente, não se relacionam bem umas com as outras. Isso enfraquece a voz da classe como um todo.

A venda de comida atrai pessoas que estão desempregadas porque a elaboração desse tipo de negócio possui custo reduzido (para comprar ou fabricar o produto a ser vendido). A comida é vendida nas ruas ou em outros lugares públicos. A maioria desses trabalhadores possui pouca educação. Alguns têm pouca noção de saúde ou de higiene, o que gera risco tanto para os consumidores, quanto para os vendedores.

Quando *os shoppings populares* foram criados, a intenção era extinguir a venda em ruas. Porém, ainda vemos pessoas vendendo pipoca, cachorros quentes, churros e doces caseiros em diversos lugares. Além disso, a Prefeitura de Belo Horizonte organiza vários tipos de feiras destinadas especificamente a venda de alimentos.

- As sete feiras orgânicas são destinadas à venda de frutas, vegetais e grãos. Há somente sete produtores registrados e dentre eles, somente uma mulher, porém, muitos dos homens registrados provavelmente contam com o trabalho de suas esposas.
- Nas feiras livres que acontecem nas ruas e praças da cidade, podem vender vegetais, derivados de leite, carne, peixe e biscoitos. 84 ambulantes estão registrados para atuarem nesses mercados, e 32 deles, são mulheres.
- Desde 1995, as *Feiras Modelo* vêm oferecendo espaço para trabalhadores venderem alimentos, flores, bebidas e comidas populares para aqueles que gostam de lazer à noite. Há 47 expositores/vendedores, sendo 19 mulheres.

Em números gerais, considerando os três tipos de feiras, há 251 expositores, 50 dos quais são empresas formais, enquanto 201 são expositores individuais e 38% dos quais, mulheres.

Em Belo Horizonte, ao contrário do que ocorre em muitas outras cidades, o mercado de verduras e legumes é administrado de forma centralizada através do programa de Mercados e Feiras e isso permite que haja uma política de vigilância mais ostensiva sobre o suprimento de alimentos. A administração municipal está tentando reviver áreas de comercialização de vegetais onde os supermercados minaram os mercados.

Análise Orçamentária

O planejamento administrativo no Brasil está estruturado em três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), um plano de 4 anos, a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as diretrizes orçamentárias; e a Lei Orçamentária Anual (LOA), a lei de orçamento anual. Esta apostila vai tratar dos PPAs e LOAs dos governos federal, estadual e municipal.

O PPA é feito a cada quatro anos. Ele começa no segundo ano de uma administração e termina no primeiro ano da administração seguinte. Ele norteia a preparação do orçamento anual. O executivo propõe o PPA, mas é o legislativo que tem que discuti-lo e aprová-lo. O legislativo também exige do executivo relatórios constantes sobre como o plano está sendo implementado.

A LOA planeja os gastos e determina a obtenção dos recursos.

O Orçamento federal

Em 2008, o gasto total do governo, a nível nacional, estava determinado em R\$1.258,8 bilhões. A verba destinada ao Trabalho era de R\$22,7 bilhões, ou seja, 1,8% do total da verba. A maior parte desta quantia era para o Ministério do Trabalho e Emprego. Outros ministérios que também receberam recursos oriundos desta verba foram o da Integração Nacional, o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

58.1% do orçamento do **Ministério do Trabalho e do Emprego** R\$20.532 milhões vai para a área de emprego e renda. A maioria deste dinheiro vai para o Programa de Integração de Políticas Públicas para o Emprego, Trabalho e Renda que suporta o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Este sistema organiza iniciativas para melhorar as condições de emprego, trabalho e renda. O termo 'sistema público' quer dizer que o governo federal trabalha em cooperação com os governos estadual e municipal para prover tal serviço. O sistema é responsável pelo salário mínimo. Ele também administra dois benefícios: o abono salarial pago aos trabalhadores de baixa renda no Programa de Integração Social e no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e o seguro desemprego. O sistema também é responsável pela administração dos contratos de trabalho registrados e por juntar desempregados registrados e empregadores. Finalmente, as políticas da Juventude e de Qualificação, ambas, promovem formação profissional, com foco nos não empregados.

O abono salarial e o pagamento de seguro desemprego utilizam cerca de 98% do orçamento do Ministério. Estes benefícios não estão à disposição dos trabalhadores informais.

Fora das áreas do emprego e renda, atividades de qualificação profissional são financiadas pelo Programa de Qualificação Profissional e Social do Ministério do Trabalho e Emprego. Duas dessas atividades poderiam beneficiar os trabalhadores informais. Para cursos de qualificação profissional do Planteq organizados pelo Estado e pelo município foram distribuídos R\$39,3 milhões. Para a formação profissional dos trabalhadores domésticos e outros grupos carentes, R\$5,2 milhões. Entretanto, o dinheiro de 2008 não foi gasto. Para 2009, a previsão é de R\$3,0 milhões para o treinamento dos mesmos.

O Ministério tem dois programas de crédito, o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Estes programas podem auxiliar os trabalhadores informais.

O PROGER provê crédito às pessoas que querem começar ou fomentar seus negócios. Ele objetiva pessoas que têm dificuldade em obter crédito no mercado, que seriam: empreendedores com um pequeno negócio familiar engajados em atividades tais como carpintaria, confecção de roupas, comida, geléias caseiras e manufaturados; pequenas e microempresas; cooperativas e associações de produtores formadas por pequenos e microempreendedores em áreas urbanas e rurais. Em 2006, 6.648 famílias de empreendedores receberam assistência totalizando R\$36,8 milhões. Os empreendedores familiares somaram menos que meio por cento de total de empréstimos do PROGER daquele ano, e somente meio por cento do total do dinheiro emprestado.

O PNMPO fornece crédito a juros baixos. Em 2008, foram feitas 1,3 milhões de operações. No final de 2008, havia 640.448 clientes ativos, dos quais 645 eram mulheres. 89% dos clientes no comércio, 7% em serviços e 3% na indústria.

O Ministério do Trabalho e do Emprego também tem uma área de atividade relacionada à economia solidária. Suas ações estão voltadas para o Programa de Desenvolvimento da Economia Solidária. Este programa recebeu R\$21,4 milhões do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2008, mas ele também recebeu contribuições de outras fontes. O seu orçamento total para 2008 foi de R\$57,4 milhões.

O Sistema de Informação do Programa Economia Solidária traz informação sobre 21.859 iniciativas. Os dados foram coletados entre 2005 e 2007. Associações e cooperativas foram responsáveis por 61,5% das iniciativas, e os trabalhadores informais por 36,5%. Aproximadamente 4.000 delas relacionavam-se somente à mulheres.

Outro programa transministerial que foca na solidariedade econômica é o dos Resíduos Sólidos Urbanos. A base de dados do Programa de Economia Solidária mostra 520 iniciativas relacionadas à reciclagem. O Programa de Resíduos Sólidos Urbanos é administrado principalmente pelo Ministério do Meio Ambiente.

O programa reconhece os catadores como parceiros que promovem o processo de reciclagem. Uma nova lei aprovada em janeiro de 2007 permite que as associações e as cooperativas compostas de indivíduos de baixa renda sejam reconhecidas pelo governo, e que prestem serviços de catagem de lixo sem licitação. O Ministério do Trabalho e Emprego é responsável por incentivar a organização de cooperativas. Em 2008, o Ministério gastou cerca de R\$0,4 milhões nesta atividade, muito menos do que a quantia prevista que era de R\$11,6 milhões. Em 2009, R\$8,5 milhões foram destinados para essa atividade.

O Programa do Artesanato Brasileiro está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Ele promove treinamento a artesãos, dá apoio aos processos de comercialização e desenvolvimento de uma rede de cooperativas de artesanato. Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior gastou R\$2,1 milhões neste programa. O Ministério do Trabalho e Emprego também destinou uma pequena quantia para esse programa. Em 2009, a soma dos dois ministérios totalizava R\$10,7 milhões. Não há estatísticas disponíveis sobre o número de artesãos beneficiados.

O Orçamento de Minas Gerais

O orçamento total do Estado de Minas Gerais, em 2008, era de R\$35,6 bilhões. A dotação para a função Trabalho foi de R\$30,2 milhões, menos que 0,1% do total do orçamento. A maioria destinada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. A Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão também recebeu algum dinheiro, mas este foi destinado aos trabalhadores do setor público, o que

não é dado relevante para este nosso trabalho. Há também outros programas fora das funções do Trabalho que afetam trabalhadores informais na Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

O orçamento total da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social** (SEDESE) era de R\$134,9 milhões em 2008. Suas ações no trabalho, emprego e renda estão vinculadas a dois programas, Travessia e Política Pública no Trabalho, Emprego e Renda.

Travessia constitui o programa prioritário do atual governo. A SEDESE coordena o programa, que envolve diversas outras agências do governo que são responsáveis por atividades que incluem saúde, educação, habitação, meio ambiente, saneamento, organização social e geração de renda. O programa está voltado para a população mais pobre em áreas de maior vulnerabilidade social. Em 2008, o orçamento para o Travessia era de R\$20 milhões, além dos R\$10 milhões do projeto Usina Mineira de Trabalho. O projeto visa capacitar os pobres, tornando-os mais empregáveis. Assim, inclui treinamento de qualificação profissional que irá ajudar na obtenção de empregos e no empreendedorismo. Este projeto pode ajudar aos trabalhadores informais, apesar de não serem eles o foco do mesmo.

Em 2008, o programa estadual de Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda teve um orçamento de R\$25,4 milhões. Ele funciona como parte da política nacional de emprego, trabalho e renda, com fundos transferidos pelo governo federal. O Estado de Minas Gerais possui 108 unidades do Sistema Nacional de Emprego (SINE). O SINE fornece serviços gratuitos que ajudam aos trabalhadores a encontrar empregos e obter treinamento. Trabalhadores informais podem se beneficiar destes serviços apesar de eles não estarem voltados para os trabalhadores informais, especificamente. Os orçamentos para o desenvolvimento de incentivos para associações (R\$5,8 milhões) e promoção da economia solidária (R\$ 0,9 milhões) podem beneficiar os trabalhadores informais diretamente.

O orçamento da **Secretaria do Meio Ambiente** também possui ações de suporte ao desenvolvimento de cooperativas e associações de catadores. Em 2008, para este fim, foram destinados R\$4 bilhões, depois que a Assembléia Legislativa fez uma emenda ao orçamento, o que mostra que os catadores gozam de apoio e reconhecimento por parte do Estado. O dinheiro é usado tanto na ajuda para a formação de associações, como para a construção de abrigos para a estocagem do material recolhido e dos equipamentos.

A Secretaria do Meio Ambiente integra o Fórum Estadual Lixo e Cidadania, no qual o governo, os catadores e outros, que fazem parte da cadeia de reciclagem, se encontram para debater suas questões. A Secretaria do Meio Ambiente também patrocina, junto com outras entidades, a organização do Festival Lixo e Cidadania. Nele, os participantes discutem suas idéias sobre os resíduos sólidos municipais e a cidadania, levando propostas às políticas municipal, estadual e federal.

Em 2008, a **Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico** tinha um orçamento de R\$0,3 milhões para a promoção do artesanato em Minas Gerais. Essas ações incluem estratégias mercadológicas e treinamento aos trabalhadores.

O Orçamento de Belo Horizonte

Em 2008, o total do orçamento para Belo Horizonte foi de R\$5,1 bilhões. A função Trabalho recebeu R\$16,4 milhões, 0,3% do total do orçamento municipal. O dinheiro foi destinado às secretarias municipais (ou às secretarias municipais adjuntas) de Política Social, Abastecimento, Administração e Recursos Humanos. As duas últimas receberam 86% do orçamento da função trabalho para as suas ações, todas elas visando os trabalhadores do setor público. Sendo assim, somente R\$2,3 milhões restaram para ações destinadas a cidadãos comuns, o que incluiria os trabalhadores informais. A maioria desta dotação foi destinada à Secretaria de Política Social.

Há também algumas ações fora da função Trabalho que estão ligadas às Secretarias Municipais de Políticas Sociais, Abastecimento, Assistência Social e Direitos de Cidadania.

A **Secretaria Municipal de Política Social (SMPS)** possui 4 secretarias adjuntas: Assistência Social, Abastecimento, Esportes e Direitos de Cidadania. Cada uma tem o seu próprio orçamento e programas. A Secretaria é responsável por programas estruturais e estratégicos. O seu orçamento foi de R\$10,3 milhões em 2008.

O Sistema Público do Trabalho, Emprego e Renda é um dos mais importantes programas estruturais. Seu orçamento era de R\$2,2 milhões, em 2008. Dois terços desta dotação vêm do governo federal. As atividades são realizadas em três blocos:

O primeiro é responsável por unir os candidatos a empregos a empregadores, além de cuidar do seguro desemprego e de qualificação profissional. O município mantém 3 unidades do SINE. O dinheiro para gerir o SINE vem do governo federal. Uma das unidades do SINE cuida das pessoas que fazem parte de programas sociais. A unidade apóia os programas municipais para a realização de uma ação coordenada.

O segundo dedica-se a qualificação e oferece os cursos de treinamento. O terceiro promove a economia solidária e foca seu trabalho em pessoas que possuem dificuldade de inclusão no mercado de trabalho.

Todos os três conjuntos de atividades podem favorecer os trabalhadores informais. O terceiro atinge diretamente os trabalhadores informais. Em 2007, ele abrangia 122 grupos de produção, com cerca de 530 trabalhadores informais nos seus registros.

Dois outros programas estruturais da SMPS também têm ações relacionadas ao trabalho. O BH Cidadania está voltado para áreas de grande vulnerabilidade social da cidade e promove diferentes iniciativas governamentais para trabalhar de forma conjunta nestas áreas. As ações do BH Cidadania incluem formação profissional. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda nacional que começou em 2003. O governo municipal é responsável pelo registro das famílias beneficiárias e pelo monitoramento das mesmas. Em Belo Horizonte há cerca de 70.000 famílias beneficiárias. Se um beneficiário do Bolsa Família está desempregado, o SINE vai registrá-lo e tentar ajudá-lo a encontrar um emprego. O programa também possui parceria com uma Universidade local que auxilia 90 famílias na Região do Barreiro a criar e desenvolver negócios com alimentos prontos.

A **Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento** promove a agricultura urbana, o acesso ao alimento a preços subsidiados, o abastecimento, a regulação do mercado de alimentos e a educação nutricional. Seu programa inclui a formação profissional em processamento de alimentos. Os trabalhadores informais frequentam muitos destes cursos e aprendem a produzir pão, pizza, bolos e outras especialidades. Em 2008, a dotação para tais cursos era de R\$0,1 milhão. A taxa de matrícula para a maioria deles era relativamente baixa. Alguns cursos também foram patrocinados por empresas do ramo de alimentos, fornecedoras dos ingredientes.

Ela também controla a venda de alimentos em feiras nas ruas, onde trabalhadores informais vendem os seus produtos. Em 2008, o orçamento para a regulação e suporte do mercado de alimentos era de R\$0,9 milhões.

A **Secretaria Municipal Adjunta da Assistência Social** é responsável pela implementação da política nacional de assistência social dentro do município. As atividades incluem serviços e projetos que ajudam a população a produzir renda. Em 2008, a dotação para atividades relacionadas ao trabalho era de R\$4 milhões.

O Serviço de Educação Sócio-Profissional, também conhecido como projeto Qualificart, promove cursos de formação profissional. A Inserção Protegida no Trabalho ajuda às pessoas que possuem deficiências e também aos adolescentes a encontrar trabalho. Ambos serviços podem favorecer os trabalhadores informais apesar não serem destinados aos mesmos. A Inserção em Atividades Produtivas afeta diretamente os trabalhadores informais, utilizando-se do conceito de economia solidária.

Este programa trabalha com instituições públicas e privadas dando apoio à formação e à manutenção de grupos de produtores. Em 2008, o programa ajudou a 628 pessoas, incluindo catadores.

A **Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania** promove a integração de grupos sociais como mulheres, afro-descendentes, pessoas com deficiência e homossexuais.

Em 2008, sua dotação era de R\$0,4 milhões para a Inclusão Social Produtiva. Parte deste dinheiro foi usada para a Escola Profissionalizante Raimunda da Silva Soares e para o Espaço da Cidadania. A escola está localizada numa área de extrema pobreza e promove formação profissional para a população negra. O espaço da cidadania é uma feira onde mulheres que fabricam algum tipo de produto operam e recebem treinamento. Em 2007 a feira tinha 200 estandes e aproximadamente 800 mulheres foram beneficiadas pelo uso desses espaços ou pelo treinamento.

Os orçamentos para Catadores e Vendedores de Rua

Acima tratamos de dotações orçamentárias gerais que poderiam ser úteis aos trabalhadores informais. Nesta seção, porém, falaremos das dotações que poderiam ajudar aos dois grupos de trabalhadores informais, objetos deste estudo

Catadores de recicláveis

A parceria entre as associações de catadores e o município começou nos anos 90 e inclui ajuda financeira. Em pouco tempo, a contribuição do município significava mais de 40% da renda total da ASMARE. O município também apóia outras associações de catadores e, em 2008, quatro das 13 associações de catadores já possuíam convênios de cooperação com o município, embora não tão abrangentes quanto o da ASMARE. Três outras organizações receberam assistência através de outros departamentos ou projetos municipais.

Além do apoio financeiro direto, o município ainda aluga galpões, subsidia serviços de segurança, água, eletricidade e colabora no recolhimento de recicláveis e lixo rejeitado.

Todas as associações de catadores de recicláveis participam do Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte.

Vendedores de rua

Os ambulantes que trabalham nos *Shoppings Populares* beneficiam-se dos R\$0,4 milhões que o município aloca para a manutenção e o gerenciamento dos mesmos. O departamento tem exigido que os vendedores sejam legalmente registrados. Em 2007, promoveram seminários denominados *legalize Já* e trouxeram a Receita Federal, o Banco do Brasil e outras organizações que dão suporte a pequenas e microempresas para falar sobre formalização, crédito e profissionalização. Em 2009, eles planejam promover discussões sobre cooperativas. Os seminários são patrocinados pela Secretaria Municipal da Administração Regional Centro-Sul.

Os ambulantes que vendem nas feiras beneficiam-se do dinheiro que o município gasta na

organização das mesmas. O departamento alega que cursos de treinamento teriam sido oferecidos, mas que não houve interesse da parte dos ambulantes.

Já os ambulantes que comercializam alimentos beneficiam-se dos R\$0,9 milhões alocados para a regulação e suporte ao mercado de alimentos.

Assim sendo, pelo exposto acima, verificamos que o governo federal, estadual e municipal tem políticas, programas e orçamentos que apóiam os trabalhadores informais. Há muitas políticas e programas diferentes, mas acima de tudo, as políticas e orçamentos governamentais estão voltados para a profissionalização como uma forma de redução da pobreza. Nos últimos anos, o governo vem introduzindo programas voltados à economia solidária e eles enfatizam a necessidade dos trabalhadores informais de organizarem-se e trabalharem juntos.

A WIEGO: Mulheres no Trabalho Informal: Globalizando e Organizando é uma rede global de investigação e criação de políticas que buscam melhorar as condições do trabalhador pobre, especialmente das mulheres, na economia informal. A WIEGO constrói alianças, ou oferece filiação junto a: associações de trabalhadores informais, pesquisadores e estatísticos que estudam a economia informal e profissionais de agências de desenvolvimento interessados na economia informal. A WIEGO conquista seus objetivos ao ajudar a construir ou fortalecer a rede de comunicação entre organizações de trabalhadores informais; realizando análises de políticas de ação, pesquisas estatísticas e análise de dados sobre a economia informal, fornecendo aconselhamento político e viabilizando diálogo sobre políticas de ação na economia informal, documentando e disseminando uma boa prática de suporte à força de trabalho da economia informal. Para mais informações, veja www.wiego.org.

Cidades Inclusivas: O Projeto Cidades Inclusivas é uma colaboração entre organizações de base (MBOs – Membership Based Organizations), alianças internacionais de MBOs e aquelas que apóiam o trabalho das MBOs. Fundado no final de 2008, o Cidades Inclusivas objetiva fortalecer as MBOs em áreas responsáveis de organização, análises de políticas públicas e mecanismos de controle e defesa dos interesses, com o objetivo de assegurar aos trabalhadores urbanos informais ferramentas necessárias para que sejam ouvidos nos processos de planejamento urbano. Os parceiros a seguir, fazem parte do projeto Cidades Inclusivas: Asiye eTafuleni, AVINA, Homenet South Asia, Homenet South-East Asia, Kagad Kach Patra Kashakari Panchayat (KKPKP), Rede de Catadores da América Latina (Recicladores Sin Fronteras), a Associação de Mulheres Autônomas (SEWA – Self-Employed Women’s Association), StreetNet International e a WIEGO. Para mais informações, veja www.ciudadesinclusivas.org.

